EMENDA Nº 24

Com base no art. 7º do Regulamento Interno da Comissão, dê-se a seguinte redação após o artigo antecedente, em sequência ao art. 208 do anteprojeto

Art. 213. Não será aceito bloqueio judicial de bens constituídos por alienação fiduciária nos termos desta Lei, sendo que qualquer discussão sobre concursos de preferências deverá ser resolvida pelo valor da venda do bem, nos termos do artigo anterior.

Justificativa: a alteração é necessária para garantir a proteção conferida ao credor fiduciário, em caso de recuperação judicial ou falência do devedor. Ainda, é importante para harmonizar as regras de alienação fiduciária em garantia previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica com as regras de alienação fiduciária em garantia previstas no Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, propiciando assim maior segurança jurídica quando da concessão de financiamento para aquisição de aeronaves, com a constituição de alienação fiduciária em garantia.